

## NOTA DE ABERTURA

1. Com o presente volume, prossegue-se a colectânea destinada a reunir, reimprimindo-os, alguns dos mais raros dos folhetos de polémica ou apologética redigidos em ordem a servir a causa da Restauração e que se apresentam como fontes de imprescindível consulta para o estudo desse período. Desta vez, agrupam-se os textos da *Uzurpação, Retenção, Restauração de Portugal*, de João Pinto Ribeiro (1642), o *Manifesto de Portugal* (1647) e a *Declaração* (1663) de D. Francisco Manuel de Melo — publicada a segunda sob o pseudónimo de Doctor Geronimo de Santa Cruz — e o ensaio do Doutor António Carvalho de Parada intitulado *Justificação dos Portugueses* (1643).

Cabe aqui uma breve anotação sobre cada um destes papéis.

Obedecendo à ordem da presente reimpressão, cumpre referir, em primeiro lugar, que é hoje problema esclarecido o da autoria, por alguém e algum dia contestada, da memória que escreveu João Pinto Ribeiro. Como apontamos no primeiro volume desta colectânea (pág. XXI), não são despidas de paixão as alegações dos que negam a referida autoria. Bastará acrescentar ao que aí escrevemos que a memória do dedicado servidor de D. João IV figura já no rol dos Escritos do auctor ategora impressos que foi apensado, no final, a outro ensaio de João Pinto Ribeiro, o seu

bem conhecido opúsculo intitulado *Preferência das Letras às Armas* (Lisboa, 1645).

Consagremos também agora algumas observações aos papéis que redigiram D. Francisco Manuel de Melo e o Doutor António Carvalho de Parada.

2. Como escrevemos noutro lugar <sup>(1)</sup>, quem for dado à leitura e meditação dos nossos escritores seiscentistas não topa um que revele maior vocação crítica do que aquela que caracteriza D. Francisco Manuel de Melo. Mantendo-se fiel à educação recebida, escutando a cada passo a voz do próprio sangue, inflexivelmente ortodoxo, ele pode como que debruçar-se um pouco sobre si próprio e interrogar o seu íntimo, em hora amarga da sua carreira de aventuras ou desventuras. E saiu-lhe então, num desabafo, lançado ao rosto e à consciência de quantos o perseguiam, aquela dúvida que daí para o futuro aparecia estampada no rosto dos seus livros:

— Quare? Porquê?

Interrogando o mundo, D. Francisco Manuel de Melo como que buscava, para uso próprio, aquela explicação de que andava carecido e que tamanhos males, de tanto o afligir, a todo o momento lhe exigiam. Todavia, a explicação não era bastante, porque jamais lhe acudia completa e a ponto de o satisfazer. Peavam-no convenções que a seus olhos e ao seu espírito se agigantavam. A tacanhez do meio não era propícia a homem habituado a largos horizontes, com nome batido nas páginas da história de mais que um país e o mapa das suas aventuras, por toda a

---

(1) António Cruz, *A génese do «Fidalgo Aprendiz»*, Porto, publicações do Centro de Estudos Humanísticos, 1953.

*Europa e América do Sul, assinalado nas cicatrizes do seu corpo. Via longe ou demasiado — e custava-lhe, por isso, deitar reparo, embora de circunstância, ao próprio meio que o cercava. Mas ganhava, ao menos, em independência e gosto, quando não no rigor das apreciações, na justiça das censuras, na elegância do porte, na intransigência das ideias mestras, na devoção com que servia El-Rei legítimo.*

*Será oportuno recordar alguns passos da sua vida, para melhor compreender já a posição que assumiu, já quanto derivou daí e veio a concretizar-se nos seus escritos sobre a Restauração.*

*Nasceu o escritor em Lisboa no ano de 1608 — da nobre e ilustre prosápia dos Melos Manuéis. Foi para a corte aos dez anos, já órfão de pai. Recebeu então de Filipe II a patente de escudeiro-fidalgo com direito a moradia. Entretanto, era educado pelos padres da Companhia de Jesus, no colégio de Santo Antão.*

*Aos dezassete anos, assenta praça. Alistou-se, para o efeito, na companhia de aventureiros destinada a participar duma expedição contra Carlos I de Inglaterra. Serve depois a bordo das galeras da guarnição naval de Lisboa e naufraga em S. João da Luz. Combate mais tarde na Flandres, participando da celebrada batalha das Dunas. Sabemo-lo em Évora, em 1637, no propósito de acalmar os amotinados dos tumultos do Manuelinho. E por tal modo se houve em tão delicada missão, cumprida, aliás, por determinação régia, que isso lhe valeu o começo da sua odisseia pelos cárceres de Espanha e de Portugal...*

*Aos trinta e dois anos completos, abala-o a notícia da Restauração, que recebeu em Madrid. Não foi surpresa inteira para si uma tal notícia. Não ignorava que era de rebelião o espírito que animava muitos dos seus compatriotas, como ele próprio havia verificado. E a aceitação que sempre teve junto da pequena, embora magnífica*

corte de Vila Viçosa, parece querer indicar-nos que ele vivia no conhecimento do que era passado — o que, aliás, documentos do seu punho confirmam.

Ao menos, temeram-no em Madrid, quando lá chegou a nova da Revolução do 1.º de Dezembro. E vá de se lhe restituir, acrescentados, bens e honras, tendo sido enviado, então, para a Holanda, com o posto de Mestre de Campo. Tinham os benefícios dessa hora, vindos após uma terceira prisão, o travo da ignomínia. Mas fingiu aceitá-los. No fundo, era já um revoltado. E estas andanças traziam-lhe, de caminho, maior cabedal de experiências. A adversidade gerava dentro de si aquele crítico acerado, mas justo, que depois veio a revelar-se. Por essa altura é que se deve ter interrogado a vez primeira:

— Quare? Porquê?

Cobriam-no de honras, aumentavam-lhe os bens, confiavam-lhe nova e delicada missão, com um posto elevado nas hostes castelhanas? Embora! Outra voz clamava dentro de si: era o apelo do dever. Mas embarcou para a Holanda. Fê-lo, porém, por ver que era esse o melhor meio de cumprir a obrigação que se impusera. Depois, esqueceu as honras, esqueceu o posto de Mestre de Campo, abandonou os réditos fartos dos benefícios com que o distinguira Filipe III. E partiu para Londres, apresentando-se aí junto da nossa embaixada. Quem o recebeu foi o grande diplomata e escritor Doutor António de Sousa de Macedo.

Em Setembro de 1641, já ele estava em Lisboa, depois de haver dado prestante ajuda ao aparelhar de uma armada holandesa de socorro a Portugal. Incumbem-no do recrutamento de mercenários catalães e holandeses. Vai, depois, para a fronteira do Alentejo, onde lhe confiam missões de responsabilidade. Chega, então, uma recompensa: a comenda de Santa Maria do Espinhal, da Ordem de Cristo.

*E foi este o derradeiro sinal da sua boa fortuna. Começa agora a desfilar-se novo rosário de amarguras...*

*Culparam-no de mandatário de um assassínio, sendo certo que nos autos só aparecem como figuras principais o mordomo do Conde de Vila Nova de Portimão e um antigo criado seu. A circunstância permitiu a vingança de inimigos do escritor. Tudo serviu para ser alegado em sua culpa. E foi preso, a 19 de Novembro de 1644.*

*A causa aparente de uma tal vingança, nomeadamente da parte do titular que tanto o perseguiu, parece assás provada, não lhe devendo ser estranha, pelo que se dizia ao tempo, a facilidade com que a Condessa criava afeição a figuras da alta roda... Mas daí a concluir-se, como alguns pretenderam, que também a fomentou o próprio monarca, por despeitado e como rival na distribuição dos carinhos dessa dama, vai distância tamanha que não se logra vencer... e a «crítica serena — escreve, a tal respeito, Fidelino de Figueiredo — perante os sentimentos que um ao outro se tributaram, El-Rei e D. Francisco, durante as desgraças deste, não encontra vestígios de intervenção perseguidora por parte do Rei, nem de animosidade, velado despeito sequer, por parte do escritor».*

*A mais destacada figura do grupo que manobrou na sombra a perseguição ao escritor foi, como dissemos, o Conde de Vila Nova de Portimão. Este levou a persistência da sua inimizade ao ponto de o perseguir muitos anos mais tarde, quando regressado do exílio. Quare? Pelas aventuras amorosas da Condessa? Essa razão não satisfaz. Há que buscar uma outra, arrancando-a, talvez, à crónica da luta palaciana da Corte da Restauração.*

*Degladiavam-se aí grupos rivais, afloraram à superfície das conveniências ódios velhos que não haviam cansado... Famílias inteiras batiam-se contra outras, esvurmando vingança por todos os recantos. Os degraus do*

trono serviam de arena a estes combates e neles deve ter sido envolvido, talvez sem querer, D. Francisco Manuel de Melo. Não podiam tolerar-lhe a superioridade do espirito, a desenvoltura da sua critica, a afeição particular que lhe votava El-Rei. Talvez que a crónica destas lutas, a ser traçada algum dia, nos venha a dizer, na verdade, qual a verdadeira razão porque o escritor foi tão perseguido e vítima de tantas injustiças — da parte daquele grupo que nos anais da Corte da Restauração ficou crismado de partido espanhol.

Sublinhemos que as perseguições movidas a D. Francisco Manuel de Melo não lhe arrefeceram o ânimo, não o levaram a uma hesitação nem lhe emperraram a pena, quando importou colocar o talento ao serviço de uma causa, que era a da independência de Portugal e do reconhecimento dos direitos que assistiam ao seu rei natural. Assim o demonstrou no seu *Eco Politico* (Lisboa, 1645), escrito logo depois de ter sido detido na Torre Velha, como, depois, no Manifesto e na Declaração.

3. Também quando já na prisão, D. Francisco Manuel de Melo acaba de redigir a sua *História de los Movimientos, Separación Y Guerra de Cataluña en tiempo de Felipe IV* (Lisboa, 1645), como ele próprio confessa numa das suas *Cartas Familiares* <sup>(2)</sup>. É obra afamada pelo seu estilo e

---

(2) D. Francisco Manuel de Melo quando detido na Torre de Belém — «sem Amor, sem Amigo, sem Parente», na sua amargurada confissão — aí escreveu ou acabou a sua *História* da guerra da Catalunha e também redigiu, no ano de 1646, o *Auto do Fidalgo Aprendiz* (conforme o título definitivo que lhe é dado na segunda edição).

Os anos da redacção — ou simplesmente da conclusão, quanto ao

como tal a classificam, sem hesitações, autores insuspeitos. No particular do seu interesse, do ponto de vista historiográfico, também não poucos autores a reputam como clássica, quando se quer saber das origens e evolução da guerra da Catalunha. Porém outros — e assim aconteceu, ultimamente, da parte de Josef Vallverdú <sup>(3)</sup> — querem dizê-la, em muito, um fruto da imaginação do autor... e não fidedigna! Descortinemos a origem do reparo.

A todos os do chamado partido espanhol que se sentavam nos degraus do trono de D. João IV bem custoso seria, em seu tempo, verificar que tão destacada personalidade como era D. Francisco Manuel de Melo, coberta, embora, de honrarias e recompensas, da parte de Filipe IV, a tudo renunciara, para se colocar ao serviço do Restaurador. Depois, acresciam, ao seu gosto, a paixão e a inteligência com que desempenhava toda a tarefa de que era

---

primeiro — de um e outro trabalho é o próprio autor quem os indica nas suas *Cartas Familiares*, publicadas em 1664.

Já transferido para a Torre Velha, em 1646, aí redigiu o *Manifesto de Portugal*.

Quanto à *História* do levantamento da Catalunha, declara o seu autor, em carta endereçada a um *Embaixador de França* e escrita, na Torre de Belém, aos 15 de Dezembro de 1645:

*Escusei de o publicar [o livro] em meu nome, pelo não fazer suspeito, havendo de tratar nele interesses de homens hoje inimigos de nossa nação.*

Dedicada ao Papa Inocêncio X, a *História de los movimientos* foi publicada, como é sabido, sob o pseudónimo de Clemente Libertino.

Cumprê lembrar aqui que foi nestas páginas que D. Francisco Manuel de Melo melhor se afirmou, no juízo do Gregorio Marañon, como possuidor «de más aguda penetración psicológica entre los que trataron con intimidad al Valido», ou seja o Conde-Duque de Olivares.

<sup>(3)</sup> Josep Vallverdi apêndices (p. 561) à sua tradução recente da obra de J. H. Elliott *La Revolta Catalana, 1598-1640. Un estudi sobre la decadència d'Espanya* (Barcelona, 1966).

*incumbido ou que voluntariamente chamava a si. Pois não era esse, e desde logo, sobejo testemunho de que assistia pleno direito aos portugueses, ao libertarem-se do jugo de Castela?*

*Depois, a História da Guerra da Catalunha, concluída quando o foi e logo publicada, veio a inserir-se na longa teoria da literatura polémica e apologética também motivada por aquele movimento separatista — e daí que a tenham combatido quantos se colocaram ao serviço da própria unidade da Espanha. Literatura, aquela, que vem formar conjunto com a do mesmo género que foi suscitada pela nossa Restauração.*

*Cumpre assinalar, a este respeito, que vezes repetidas se registou, já em Lisboa, já em Barcelona, a reimpressão de folhetos editados ora em Barcelona, ora em Lisboa. Não era a mesma a causa sustentada pelos portugueses e pelos catalães, porém era o mesmo o objectivo que pretendiam atingir. Em mais de um ponto, sob mais de um aspecto, confundiam-se, por tal motivo, os fundamentos a partir dos quais, quer os catalães, quer os portugueses, podiam alegar e sustentar direitos (4).*

*A reimpressão de papéis acima apontada tinha, sem dúvida, por missão primeira ou principal, divulgar não apenas doutrina mas também a memória de sucessos. Levava ânimo aos soldados portugueses e catalães, de uma para outra das linhas de batalha onde as tropas castelha-*

---

(4) O paralelismo acima enunciado é tema para estudo no pormenor, estudo esse que não cabe aqui.

Para citar apenas um trabalho recente, quanto a este particular, pode ser aconselhada a leitura da comunicação de J. Colomès *La révolution catalane de 1640 et les écrivains espagnols du temps*, apresentada ao quarto congresso dos hispanistas franceses (Poitiers, 1966) e publicada no vol. VI, 1968, dos *Études Ibériques et Latino-Américaines*.

nas foram obrigadas a acudir, por esse tempo. Era já a informação ao serviço da mesma guerra, recorrendo ao meio mais indicado para a época, qual era a reimpressão imediata, no lugar que mais facilitava a divulgação pretendida, de curtos trechos polémicos, apologéticos ou anunciadores de novas. Quando necessário, não eram esses papéis apresentados na língua própria dos seus autores, mas sim vertidos para o idioma do país a que se destinavam ou para o latim <sup>(5)</sup>.

Tão breve consideração servirá, ao menos — e desde já —, para dizer das razões especiais que teriam determinado D. Francisco Manuel de Melo a servir-se também do castelhano, aliás tão do seu hábito ou uso corrente, como era próprio da época, para a redacção de certas páginas com que deu uma contribuição séria à literatura da Restauração. E ainda nas últimas dessas páginas.

A cinco anos do termo da luta armada em defesa das fronteiras e das campanhas diplomáticas mantidas sem desfalecimento e logo revividas de toda a vez que sucessos vários pareciam comprometê-las, é publicada a Declaracion de autoria atribuída a Jerónimo de Santa Cruz, aceitando-se geralmente que era este um pseudónimo de D. Francisco Manuel de Melo. O autor a oferecia, pelo Reino de Portugal, a todos os reinos e províncias da Europa, contra as calúnias

---

<sup>(5)</sup> Para avaliar a divulgação que tinham em seu tempo os folhetos ou volumes de carácter polémico, através da reimpressão em lugar diverso daquele onde primeiramente editados, bastará citar o exemplo da *Proclamación Católica* redigida por Frei Gaspar Sala y Beraert — então já de nome ligado a outros papéis — a pedido de Consejo de Ciento, de Barcelona.

A uma primeira edição de três mil exemplares, número apreciavelmente elevado para a época logo se seguiram, também em Barcelona, mais três, bem como outra em Lisboa. Do mesmo autor e também em Lisboa, imprimia António Álvares, em 1641, o seu *Epítome de los principios de la guerra de Cataluña en los años de 1640 y 1641*.

publicadas dos seus émulos — e assim o afirmava logo no título: até então obrigado, como vem a confessá-lo nas primeiras linhas, pela razão do ofício, mais obrigado se sentia a declarar ao Mundo, por ofícios da razão, e dessa vez, a inteira verdade dos negócios de Portugal.

Reveste-se a Declaração, por isso mesmo, de características especiais, no conjunto dos papéis do seu tempo. O tom polémico é bem acentuado em mais de um passo, já na directa resposta a autores espanhóis, já de toda a vez que era oportuno alegar doutrina. Porém, o que confere particular posição a este Papel é a circunstância de o seu autor se apegar, sobretudo, ao propósito de enumerar serviços e louvar quem os prestou. É então escreveu resumida crónica — breve no conjunto, sem carecer, para tanto, de omitir pormenores — dos anos de acção vividos a partir de 1 de Dezembro de 1640.

O dominicano Frei Bartolomeu Ferreira, ao censurá-lo, declarava que era muito justo imprimir-se este papel, para crédito deste Reyno, e conhecimento das mentiras que o Castelhana semeava pellos Reynos estrangeiros. Tão só... Porém, como era defendido o crédito do Reino, como contraditadas as mentiras dos castelhanos?

O método seguido por D. Francisco Manuel de Melo caracteriza-se pela objectividade, todo o texto despido de ouropéis e como que reduzido apenas ao entrelaçar de nomes e de cargos, sem esquecer, quando é caso disso, a directa alusão a factos. Demonstrado ficava, dessa maneira, que não houvera tibiezas ou deserções, da parte das mais representativas personalidades das diversas camadas da nossa população, durante os vinte e tantos anos de luta que iam decorridos. E não seria essa a mais clara e decisiva demonstração do querer dos portugueses?

4. O ensaio intitulado *Justificação dos Portugueses*, escrito pelo Doutor António Carvalho de Parada, oferece uma particularidade, do ponto de vista bibliográfico, e muito importa assinalá-la.

Com efeito, na edição original, impressa no ano de 1643, em Lisboa, por Paulo Craesbeek, a primeira parte do ensaio, inteiramente consagrada a uma exposição da doutrina defendida pelo «Arcipreste na Sé de Lisboa, ao tempo Prior de Bucelas», abrange um conjunto de quatro folhas preliminares inumeradas que são preenchidas com o rosto, com uma Dedicatória e o Prólogo aos Portugueses, logo seguidos das licenças para se imprimir e circular. Exibindo no entanto o mesmo rosto e repetindo os já mencionados Dedicatória e Prólogo, com a mesma disposição gráfica e esta a preencher igual número de folhas, anda apenas à primeira uma segunda parte, de numeração independente a exhibir-se nas suas trinta e duas folhas. Ai, reuniu o autor quatro cartas que endereçou ao Conde Duque de Olivares, datada a primeira, de Lisboa, aos 13 de Agosto de 1635, a segunda aos 29 de Outubro de 1637, a terceira aos 22 de Março de 1638 e a última aos 21 de Fevereiro de 1641.

Quem se inteirar das observações feitas pelo Doutor António Carvalho de Parada em qualquer dessas cartas logo vem a saber do propósito que o levou a adicioná-las, num folheto graficamente independente, às páginas em que deixou estampadas as suas considerações sobre a razão que assistia aos portugueses para se libertarem da obediência a Castela, como o próprio autor expressamente declara no título do seu ensaio. Na verdade, qualquer das mesmas observações não denuncia apenas séria preocupação, da parte do Arcipreste, relativamente aos negócios de Portugal — e durante um curto período anterior ao movimento do primeiro de Dezembro de 1640. Dizem, sim, todas elas, que sobejavam razões para que os portugueses se revelas-

*sem inquietos e até inclinados ao que menos podia desejar o Valido, a ponto de os levantados estarem mais obstinados em se defenderem. E resulta daqui que o Doutor António Carvalho de Parada procurou radicar no testemunho das suas cartas anteriores à Restauração a autoridade que lhe assistia para dissertar sobre a Justificação dos Portugueses no que tocava de perto e muito particularmente com o movimento do Primeiro de Dezembro.*

*A doutrina aí sustentada é comum a diversos autores do tempo e sempre a apresentar-se, logo na interpretação como nas deduções por ela consentidas, como base necessária para a justificação de um movimento que conduzisse à libertação do reino de Portugal do jugo de Castela. Daí que o Doutor António Carvalho de Parada possa e deva ser considerado como um dos juristas, e não poucos se contam no seu número, que deram contributo decisivo para o movimento da Restauração.*

*Observador arguto, porém acautelado no referir do pormenor, não deixa de anotar, em qualquer das três primeiras das cartas que apensou ao seu ensaio, o bastante para nelas recolhermos testemunho insuspeito do clima de inquietação, culminado pela rebelião, que dominou Portugal no terceiro decénio de Seiscentos. Na verdade, aí surpreendemos, em muitos dos trechos do Doutor António Carvalho de Parada, clara alusão a certos e conhecidos movimentos, bem como referências a denotar que teria sido possível o deflagrar de outros. E logo no enumerar das dificuldades com que lutava o Reino de Portugal, sobretudo pelo que dizia respeito ao seu Ultramar, como na observação pertinente ditada pelas reacções dos portugueses, quando conhecedores dessas dificuldades ou sentindo-as directamente.*

*Ao dar por finda esta breve Nota, cumpre deixar aqui público testemunho de reconhecimento a quantos, servindo-se de palavras ditadas pela amizade, nos trouxeram estímulo para prosseguirmos a tarefa, a que tão gostosamente nos entregamos, de coligir e reimprimir alguns dos mais raros dos papéis da Restauração. E porque a reimpressão não teria sido possível sem o subsídio que foi concedido através do Ministério da Educação Nacional (Plano intercalar de Fomento), cumpre outrossim deixar também aqui o registo do facto.*

Porto, Natal de 1968.

ANTÓNIO CRUZ.

